

De Krause a Magalhães: trajetórias na Prefeitura da Cidade do Recife (1979-2000)

João Paulo Alves da Silva*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v11i1p224-249

Resumo: O artigo a seguir busca traçar um panorama das trajetórias de históricos personagens da política pernambucana a partir do período de redemocratização do país. Para isso, busca-se focalizar num ponto comum a todos eles: suas passagens pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). O retorno ao pluripartidarismo, as exigências sociais e a ampliação do processo eleitoral brasileiro alteraram o cenário político até mesmo nas instâncias municipais, desaguando em novas possibilidades de composição político partidária. Através da análise de dados eleitorais, de periódicos e da própria bibliografia especializada, visualizou-se a tendência pragmática de dois importantes partidos ao concorrerem e conquistarem à PCR durante o período aqui estudado. Nesse sentido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Frente Liberal (PFL) e seus respectivos membros em Pernambuco serão peças recorrentes deste trabalho. Desta forma, esperamos que este artigo possa servir à historiografia sobre políticos, partidos e eleições no período republicano brasileiro pós-1985, da mesma forma em que sirva aos estudos sobre a cidade do Recife em fins do século XX.

Palavras-chave: PFL, PMDB, Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), Redemocratização.

*João Paulo Alves da Silva é bacharelando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: jpaulos10@gmail.com

Introdução

Para além do foco em Brasília, os processos de distensão e, principalmente, de redemocratização encontraram lastro e material fermentador ao longo de todo país, sendo estimulado por amplos setores da sociedade brasileira. A própria Constituinte de 1987-1988 não foi um presente dado do governo à sociedade, mas sim uma resposta a um movimento social mais amplo que, principalmente a partir da década de 1980, participou da elaboração de iniciativas e experiências de alta capacidade de mobilização espalhadas por todo o país (VERSIANI, 2014, pp. 212).

Os últimos anos da Ditadura Militar, ao longo das décadas de 70 e 80, marcariam a ebulição de movimentos sociais, de objetivos e embasamentos diversos, mas que, em seu cerne, representavam o desejo de democratização e de participação da sociedade no governo. Nos âmbitos municipais, sobretudo nos urbanos, esses movimentos desaguavam no desejo de fortalecimento da sociedade civil através dos movimentos de bairro assessorados pela Igreja Católica, por profissionais liberais e/ou por Organizações Não Governamentais (ONGs), que reivindicavam melhorias na infraestrutura, na oferta de serviços públicos, nas moradias, além da participação nas decisões administrativas do governo (FERNANDES, 2004, pp. 73).

Nesse contexto, encontramos na cidade do Recife, a partir de 1979, em consolidados políticos, exemplos locais de um processo maior de redemocratização. Seja por puro enquadramento a um governo e seu projeto intencionalmente gradativo e prolongado de distensão, seja por alguma consciência da necessidade de respaldo popular nesse período, essas figuras políticas, surgidas durante a ditadura militar, passarão a compor também o novo período que se iniciara, retornando, inclusive, ao

comando do local aqui analisado: a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). Após 1985, notaremos a presença de um antigo grupo de apoio aos militares que, “redemocratizados”, disputam o controle da prefeitura com antigas lideranças oposicionistas, até se tornarem, em acordo com uma delas e com o constante estabelecimento e fortalecimento do processo partidário eleitoral brasileiro, partes de uma mesma coligação estadual. É dentro desse jogo político onde caminha a PCR nos seus primeiros anos de transição e de reestabelecimento democrático. Assim sendo, objetivamos discorrer sobre a PCR nas duas últimas décadas do século XX a partir de suas lideranças executivas municipais enquanto, em segundo plano, acompanhamos os desdobramentos da política nacional e estadual no cenário político recifense. Para tanto, nos utilizamos de dados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), de entrevistas e reportagens realizadas pelo Jornal do Commercio e da própria bibliografia selecionada.

Os últimos biônicos

Em 1979, nomeado pelo então governador de Pernambuco Marco Maciel¹, Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho² assumia a Prefeitura da Cidade do Recife

¹ Marco Antônio de Oliveira Maciel (1940-2021) viria a ser um dos mais importantes políticos brasileiro, principalmente durante a virada do século. Entre inúmeros outros cargos, viria a ser Vice-Presidente da República durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Governador de Pernambuco (1979-1982), Senador por Pernambuco (2003-2011), Ministro da Educação (1985-1986) e Ministro da Casa Civil (1986-1987) nos governos de José Sarney e Presidente da Câmara dos Deputados (1977-1979). Importante articulador político, Marco Maciel fez toda sua carreira também por partidos conservadores, tendo passado pelo Partido Social Democrático (PSD), ARENA, PDS, e PFL. (Cf. MONTEIRO, Maria Carmina; COUTO, André. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

² Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho (1946-), além de prefeito (1979-1982), viria a ser vereador (1989-1990) do Recife, Governador (1986-1987), Vice-governador (1983-1986) e Deputado Federal (1991-1992) pelo Estado de Pernambuco, além de Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco (1992) e Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (1995-1999) no primeiro governo de Fernando

(PCR)³ enquanto membro do partido governista do regime, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Sendo mais um dos prefeitos indicados para a cidade (os chamados “prefeitos biônicos”), Krause viria a ter sua carreira política alicerçada na ARENA e nos seus desmembramentos. Após a reforma política instaurada pelo então presidente João Batista Figueiredo⁴, a ARENA transformou-se no Partido Democrático Social (PDS), a partir de onde uma dissidência sua, intitulada pela imprensa de “Frente Liberal”, posteriormente se organizaria partidariamente como o Partido da Frente Liberal (PFL). Gustavo Krause fez parte de todo esse trajeto, tendo sido figura importante no forte PFL pernambucano.

É de se notar como o “caso Krause” vai de encontro à análise feita por Américo Freire e Alessandra Carvalho. Em capítulo conjunto, eles defendem que

[...] a possibilidade de nomeação de prefeitos por parte das autoridades de regime sem o rito eleitoral possibilitou a ascensão de indivíduos sem experiência eleitoral, como empresários, que desenvolveram ambições políticas e, nos anos 1980, mantiveram-se à frente de partidos liberais ou conservadores. (FREIRE; CARVALHO in.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília, 2018, pp.132).

Nesse sentido, Krause surge aqui como a representação local de uma tendência nacional. Sua carreira, feita dentro de partidos conservadores como a ARENA, o PDS e, posteriormente, o PFL, é marcada pelos mais variados cargos que viria a ocupar, de

Henrique Cardoso (FHC). (Cf. LOPES, Gustavo; MONTALVÃO, Sérgio. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

³ “Durante o regime militar, as prefeituras de capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional passam a ter prefeitos nomeados pelos governadores dos estados. Recife assiste à nomeação de sete prefeitos entre 1964-1985” (FERNANDES, 2004, p. 62).

⁴ Ainda que buscasse a fragmentação da oposição, a reforma política de Figueiredo de 1979 reestabeleceu o pluripartidarismo no país e permitiu o surgimento (ou, em alguns casos, o “ressurgimento”) de importantes agremiações como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (PP), que logo se uniria ao primeiro, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além do Partido Democrático Social (PDS).

vereador a ministro. Além disso, teve um papel intelectualizado de destaque dentro, principalmente, do Partido da Frente Liberal (posteriormente reformulado como Democratas), onde atuaria junto ao também pernambucano Marco Maciel como um dos principais ideólogos do liberalismo conservador estabelecido dentro da legenda.

Antônio Sérgio Araújo Fernandes traz algumas visões sobre ele e relembra o ponto pelo qual sua passagem à frente da Prefeitura da Cidade do Recife ficou marcada: o estímulo à participação social.

Gustavo Krause era um jovem tecnocrata, iniciando a carreira política, que até então tinha exercido o cargo de secretário da Fazenda do estado de Pernambuco, durante a gestão do governador Moura Cavalcanti, da Arena, entre 1975 e 1978. Longe de ser um político de esquerda, ele pertenceu à Arena na época, depois PDS e hoje é membro do PFL. Suas decisões como prefeito, de estimular a participação social, causaram surpresa tanto pelo lado dos segmentos mais conservadores do seu partido, como pelo lado dos grupos sociais e políticos ligados ao PMDB e à esquerda, que desconfiavam de suas escolhas como prefeito e o acusavam de populista.

[...] Os programas desenvolvidos pela prefeitura municipal envolvendo participação e incorporação popular nessa época podem ter significado de cooptação para alguns ou de participação para outros, entretanto o fato importante é que um canal de negociação e intermediação de interesses legítimos, que poderia ser utilizado por qualquer associação de bairro ou ONG, foi criado pela prefeitura, e esta foi a primeira decisão de uma série de ações que foram desenvolvidas em gestões subsequentes do poder público municipal, que originaram uma trajetórias de decisão pública negociada em Recife (FERNANDES, 2004, pp. 92-93).⁵

O próprio Gustavo Krause, em entrevista concedida para uma reportagem do

⁵ Dentre as medidas tomadas pelo governo Krause, destacam-se os Núcleos de Planejamento Comunitários (NPCs), conhecidos como “barracões”, que prestavam serviços como assistência médica e jurídica à população, além da emissão de documentos; o Sistema de Ação Comunitária (SAC) que tinha por objetivo coordenar as ações públicas nas comunidades mais carentes; e o reconhecimento das favelas da cidade como Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), a partir de onde se efetivou o processo de participação social. (FERNANDES, 2004).

Jornal do Commercio, trata da seguinte forma sua ascensão à PCR:

Eu fui movido pelo meu grau de consciência política, não é? Eu sabia que o Brasil estava às vésperas de um processo de abertura política, então utilizei o poder, que é um poder notavelmente próximo das populações, para estimular a participação nas decisões, para estimular o que eu chamo sempre de “governo de proximidade” [...] e tenho a impressão que logrei esse objetivo de buscar nas ruas a minha legitimidade e depois na eleição de 1982, quando me candidatei a vice-governador na chapa de Roberto Magalhães⁶ (BALBINO; VERAS. *Jornal do Commercio*, 17/08/2016).

Crítica importante, contudo, é avalizada por Allan Cavalcante Luna. Ele adiciona que os estímulos à participação da gestão Krause figuram mais como

uma reatualização, porque não cria esta concepção de gestão participativa no Recife, já que antes mesmo do golpe de 64, durante a administração municipal de Pelópidas Silveira⁷, foram desenvolvidas algumas políticas no sentido de se governar a cidade em conjunto com as Associações de Moradores existentes nos bairros (LUNA, 2014, pp. 30).

Nesse sentido, o retorno de políticas públicas pré golpe militar não deixa de soar significativo enquanto forma de adequação do então prefeito a um cenário nacional de distensão política e organização social. Aproximar-se de segmentos da sociedade (que ele chama de “governo de proximidade”) não deixava de parecer também uma espécie de investimento na sua própria sobrevivência política para além do regime que se arrefecia. Essas práticas de reinvenção, como veremos ao longo deste artigo, são recorrentes nas trajetórias dos agentes políticos existentes ao longo da transição,

⁶ Roberto Magalhães Melo (1933-) viria a ser Governador de Pernambuco (1983-1986), Deputado Federal (1991-1996/2003-2010) e Prefeito do Recife (1997-2001). (Cf. VELOSO, Verônica; MONTALVÃO, Claudia. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

⁷ Pelópidas da Silveira (1915-2008) foi Prefeito do Recife por três vezes (1946/1955-1959/1963-1964), não conseguindo, contudo, completar o último mandato por deposição do Golpe Militar de 1964. (Cf. MONTEIRO, Maria Carmina; COUTO, André. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

sendo, em especial, focalizados por ex-apoiadores do regime militar concentrados no PFL do próprio Gustavo Krause.

Krause permaneceu à frente da Prefeitura do Recife de 1979 a 1982, tendo saído para assumir a cadeira de vice-governador eleito do Estado de Pernambuco em 1983. Durante essa transição, Jorge Cavalcante (PDS) foi nomeado pelo Governador do Estado para assumir seu lugar. A partir de 1983, Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti⁸ (PDS/PFL) assume a prefeitura tendo sido indicado pelo governo do estado e permanecendo à frente da PCR até 1985, ano de retorno das eleições diretas para a prefeitura da cidade.

Nessa época, Joaquim Francisco advinha de um grupo influente do PDS/PFL na Região Metropolitana do Recife e na Zona da Mata. Apesar do mesmo perfil urbano de Gustavo Krause, seu governo pareceu não muito empenhado nas práticas de participação popular reorganizadas por seu antecessor. Apesar do precedente reaberto por Krause, Fernandes comenta de que

não se observa nenhum esforço na tentativa de criar canais de negociação com as organizações populares (Apud. LEAL, 1995: 77). A questão da participação social na gestão pública não era uma matéria dessa administração municipal (FERNANDES, 2004, pp. 96).

Em entrevista ao *Jornal do Commercio*, Joaquim Francisco define da seguinte forma esse período:

Havia um movimento na sociedade, em alguns núcleos políticos no sentido de que fosse restaurada a eleição direta para prefeito, ou seja, que não se

⁸ Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (1948-2021) viria a ser Ministro do Interior (1987), Deputado Federal (1987-1988/1999-2007) e Governador de Pernambuco (1991-1995). (Cf. ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 30/07/2020.).

De Krause a Magalhães

procedesse mais com a nomeação e a eleição indireta, porque era nomeação e eleição indireta homologada pela Assembleia Legislativa. Então, no curso do meu primeiro mandato, que eu fui eleito pela Assembleia e nomeado por Roberto Magalhães Melo, antes do final do mandato esse movimento foi criando corpo e aí restauração das eleições diretas para prefeito das capitais. (BALBINO; VERAS. *Jornal do Commercio*, 17/08/2016).

Apesar de Joaquim não ter se engajado tanto diante das questões de participação social, é notável no discurso de ambos os prefeitos as referências aos movimentos sociais em prol da democracia e da participação popular que ocorriam em época, cujo ápice nessa década fora representado pelas Diretas Já. Visando uma adequação a esse cenário e talvez uma sobrevivência posterior, Krause foi além de seu correligionário e reviveu políticas de assistência e participação social durante sua gestão. Acompanhando a mesma fase, o então governador de Pernambuco, Roberto Magalhães (PDS), não apenas apoiou as eleições diretas como também foi favorável à candidatura de Tancredo Neves à presidência em 1985. É de se destacar, contudo, que a pressão popular imposta aos prefeitos e outros governantes não tem outra origem senão nos desgastes sociais, políticos e econômicos vividos pelo próprio regime. Os anos de abertura lenta, gradual e segura pareciam, até mesmo para os governistas, se aproximarem do fim.

O Recife redemocratizado: A eleição de 1985 e o primeiro governo de Jarbas Vasconcelos

O ano de 1985 marca o retorno das eleições, sendo a primeira por via direta para muitos municípios em duas décadas. No Recife, após a administração de Joaquim Francisco (1983-1985), Jarbas de Andrade Vasconcelos⁹ assume como o primeiro

⁹ Jarbas de Andrade Vasconcelos (1942-) é um importante político pernambucano, histórico membro da antiga linha “autêntica” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi Prefeito do Recife por duas vezes (1986-1988/1993-1996), Deputado Estadual por um mandato (1971-1975), Deputado Federal por

prefeito eleito da cidade desde Pelópidas Silveira em 1963. Jarbas, em época, já era figura conhecida do MDB/PMDB, principalmente por sua atuação parlamentar de combate à ditadura como parte do grupo conhecido como “autêntico” dentro do partido. Os autênticos eram emedebistas tidos como mais “radicais” por defenderem uma postura de mais forte oposição à ditadura. “Os ‘autênticos’ são interpretados como o grupo corajoso e criativo de políticos emedebistas mais identificados com as esquerdas que, em um momento tão adverso, empurraram o MDB para uma oposição firme, ‘autêntica’ contra a ditadura” (FERREIRA, 2018, p. 22), nas palavras de Rafael Leite Ferreira. Francisco Carlos Teixeira da Silva, contudo, vai além e detalha que esse “empurrão” sofrido pelo partido tem suas raízes, antes de tudo, em importantes segmentos sociais, em “uma sociedade civil extremamente organizada, com os sindicatos, a Igreja, a imprensa, os artistas e a universidade desempenhando um ativo papel de crítica ao regime e, mesmo, ao seu projeto de abertura política” (SILVA, 2007, pp. 255).

Sendo essa a eleição chave para o fim da ditadura na cidade, a ala “autêntica” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agora transformado em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), permaneceu fiel a seus princípios de forte oposição à ditadura e aos seus apoiadores. Quando os ditos “moderados” do partido não apenas propuseram a aplicação de uma “Aliança Democrática”¹⁰ na eleição municipal, como ganharam as convenções partidárias, Jarbas Vasconcelos, maior

três mandatos (1975-1979/1983-1985/2015-2019), Governador de Pernambuco (1999-2006) e Senador da República (2007-2015/2019-). (Cf. COUTO, André; SETEMY, Adrianna. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

¹⁰ Aliança estabelecida entre o PMDB e dissidentes do PDS, a chamada “Frente Liberal”, que viria a eleger em 1985, através dos votos indiretos do Congresso Nacional, a chapa de Tancredo Neves e José Sarney para a Presidência da República.

exponente pernambucano da autenticidade emedebista/peemedebista e seu então pré-candidato à prefeitura, sai do partido e se lança candidato ao cargo pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo apoiado pelo então deputado Miguel Arraes¹¹, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Desamparado pelo PMDB, Vasconcelos vai atrás do apoio de movimentos sociais com os quais já vinha interagindo desde a época de resistência à ditadura. Sua campanha abraça uma imagem popular alicerçada nos segmentos de classe e de bairro da sociedade civil, que passam a servir como cabos eleitorais para o então candidato. Apesar disso, é bom clarificar que as organizações sociais não foram subservientes à prefeitura mesmo após a vitória de Jarbas Vasconcelos. Allan Cavalcante Luna, por exemplo, ao tratar sobre os movimentos de bairro, afirma que

mais do que cabos eleitorais, [os movimentos de bairro] revelaram-se críticos – muitas vezes severos – do programa “Prefeitura nos Bairros” criado na gestão, e continuaram com mobilizações e reivindicações, mormente em forma de ocupações de terrenos públicos ou privados (LUNA, 2014, pp. 31-32).

Além da candidatura de Jarbas, a eleição de 1985 para prefeito do Recife contaria com postulantes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Democrático Trabalhista (PDT), do Partido Democrático Social (PDS) e, claro, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que lança o então deputado federal Sérgio Murilo apoiado pelos “moderados” do partido e pelo Partido da Frente Liberal (PFL). No apoio a essa candidatura, o PFL fazia a nível municipal o que tentava também a nível nacional: se desvincular do regime militar. Como detalham

¹¹ Miguel Arraes de Alencar (1916-2005) foi uma das mais importantes figuras da política pernambucana. Foi Deputado Federal (1983-1990/2003-2008), Prefeito do Recife (1960-1963) e Governador de Pernambuco (1963-1964/1987-1990/1995-1999). (Cf. PANTOJA, Silvia; LEMOS, Renato. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

Scott Mainwaring, Rachel Meneguello e Timoty Power:

A divisão do PDS e a fundação do PFL deram aos antigos defensores da ditadura a oportunidade de se desligarem publicamente de um regime autoritário cada vez mais impopular. Os eventos de 1984 permitiram aos dissidentes da Frente Liberal renovarem a sua viabilidade política através de duas sucessivas demonstrações de adesão à legitimidade democrática: a primeira, seu apoio às eleições direta e a oposição a Maluf¹² e, a segunda, realizada por Tancredo Neves, que acolheu o PFL na sua coalizão (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER; 2000, pp. 29).

Históricos membros dos partidos do regime (ARENA/PDS), lideranças pernambucanas como Marco Maciel, Gustavo Krause e Joaquim Francisco encontravam-se agora filiados ao PFL, defendendo a democracia e criticando o governo que até pouco apoiavam. A própria ideia inicial do “liberal” da sigla viria daí. Como mesmo disse Krause, anos depois da formação do partido, “O ‘liberal’ da frente e do partido tem origem no compromisso político de operar a transição do regime militar e autoritário para um regime civil e democrático” (CANTANHÊDE, 2001, pp. 87). Nas palavras da jornalista Eliane Cantanhêde, “na época, o termo ‘liberal’ tinha um caráter político: traduzia a adesão de velhos aliados do regime militar ao processo de redemocratização” (CANTANHÊDE, 2001, pp. 10). Apesar de sua coligação não ter ganhado a nível municipal, o saldo positivo para o PFL não deixa de existir, principalmente a partir do feito de desvencilhar muitos de seus membros do regime militar e lançá-los para o novo período democrático.

Com a vitória de Jarbas, os grupos engajados que haviam estimulado as oposições anos antes a uma atuação mais firme seriam ainda lembrados ao

¹² Paulo Salim Maluf (1931-) era, até então, ex-Governador de São Paulo (1979-1982) e Deputado Federal (1983-1987), candidato do PDS à Presidência da República em 1985. (Cf. CAMPOS, Patrícia; ALDÉ, Lorenzo; BASTOS, Manoel Dourado. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

influenciarem nas bases do governo então nascente. Desde a campanha, a participação social era mote do futuro prefeito, de modo que acabou “sendo uma das prioridades da gestão” (FERNANDES, 2004, pp. 116). Não por acaso, Antônio Fernandes define:

um aspecto fundamental que marca a eleição de Jarbas em 1985 é o engajamento das lideranças comunitárias e da sociedade civil na campanha eleitoral. Ao perder o apoio do PMDB, Jarbas Vasconcelos articulou-se junto aos setores organizados da sociedade civil, sobretudo as associações profissionais, os movimentos de bairro e as comunidades de base. De acordo com Soares (1992: 64), a tônica principal da campanha de Jarbas era a participação das entidades nas diversas instâncias do poder municipal. Dentre seus compromissos, constava a eleição direta entre artistas e movimentos culturais para a escolha do presidente da Fundação de Cultura da prefeitura, a consulta ao Sindicato dos Médicos e às associações da área de saúde para a escolha do secretário de Saúde e a insistente afirmação do papel das associações de moradores na definição de prioridades do governo. (FERNANDES, 2004, pp.107).

Dessa forma,

[...] durante o mandato de Jarbas Vasconcelos como prefeito de Recife, entre 1986 e 1988, o compromisso de realizar uma gestão democratizada com políticas de participação social foi efetivado. [...] Com isso, a prefeitura deu um retorno positivo ao eleitorado e aos movimentos e entidades civis, uma vez que cumpriu o compromisso assumido em campanha. A rota da política e da gestão municipal em Recife, que tinha sido iniciada no governo de [Gustavo] Krause, tem um retorno reforçado na primeira administração de Jarbas Vasconcelos. (FERNANDES, 2004, pp.125)

Por fim, destaca-se que “a eleição de 1985, com a vitória de candidatos de origem oposicionista [como ocorreu no Recife] [...] marcaria um primeiro ciclo da democracia nas grandes cidades brasileiras” (GONDIN; SOARES, 1998, pp. 64 apud. FERNANDES, 2004, pp.115-116). A eleição de Jarbas acaba surgindo como uma coroação à ebulição social da época, em que os desejos de democratização, em seus mais diversos âmbitos, atingem também o governo municipal. Vasconcelos soube aproveitar-se dessa efervescência e, ao perder as prévias do partido e o apoio do PMDB, busca atrair esses segmentos sociais para a sua campanha e para o governo que então se formaria.

Os segundos mandatos de Joaquim Francisco e Jarbas Vasconcelos

Em 1988 a aliança não se repetiu. PMDB e PFL tiveram, cada um, seus próprios candidatos. Além deles, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Humanista (PH) também lançaram postulantes. A vitória ficou com o candidato do PFL, o ex-prefeito Joaquim Francisco, que vinha desejando seu segundo mandato desde 1985, dessa vez, contudo, diretamente eleito pela população. Apesar da boa gestão de Jarbas Vasconcelos (marcada principalmente pelas políticas de participação social), o PMDB não consegue emplacar seu candidato, Marcus Cunha, num pleito marcado por forte desgaste nacional da legenda por causa da situação econômica inflacionária vivida pelo país e pelo governo de José Sarney (PMDB). Fernandes analisa que

A vitória de Joaquim Francisco, do PFL, sobre o candidato apresentado pela Frente Popular, Marcus Cunha, do PMDB, foi a primeira derrota sofrida pela coalizão de esquerda numa eleição para o Executivo municipal de Recife, desde o período democrático anterior, entre 1946 e 1964. [...] É coerente pensar que a derrota da Frente Popular significava um voto de revanchismo do eleitor contra o PMDB devido ao fracasso do Plano Cruzado. Azevedo (1993: 40) atribui o crescimento do PFL em Recife e em Pernambuco nesse período ao insucesso econômico da Nova República, identificada pela maioria dos eleitores como um fracasso do PMDB, que ocupava a maioria dos ministérios, apesar de o PFL também fazer parte do governo federal. [...] “O partido [PFL] se apresentava como oposição e, mais do que isso, com um discurso que contemplava as questões sociais, tema tradicionalmente explorado pela esquerda (AZEVEDO, 1993, p. 45)” (FERNANDES, 2004, pp. 144-145).

Assim sendo, fica explícito o pragmatismo e a capacidade de reposicionamento do PFL no jogo eleitoral. De uma eleição para outra, o partido se realoca de oposição ao PDS e ao Regime Militar para uma oposição ao PMDB e, inclusive, ao então

presidente José Sarney¹³.

Reassumindo o cargo em 1989, Joaquim Francisco só nele permaneceu até 1990, quando se afastou para se candidatar, com sucesso, ao cargo de governador do Estado de Pernambuco. Em seu lugar, o então vice-prefeito, Gilberto Marques Paulo¹⁴, assumiu até o fim do mandato. Uma vez mais, a gestão de Joaquim Francisco (e, posteriormente, de Gilberto Marques Paulo) se afastou das práticas de participação social desenvolvidas a partir da redemocratização, apesar da elaboração da Lei Orgânica da cidade¹⁵.

Já a eleição de 1992 trouxe de volta à prefeitura o ex-prefeito Jarbas Vasconcelos, já definitivamente pelo PMDB¹⁶ e tendo rompido, inclusive, com Miguel Arraes. Arraes queria lançar o neto, Eduardo Campos, como vice, interessado na pavimentação da carreira de seu sucessor político, o que Jarbas não aceitou. O embate entre os dois afastou Jarbas de partidos de esquerda como PDT, PCdoB e PCB, que ficaram com Arraes e o neto, por fim lançado diretamente como candidato a prefeito. Uma vez mais, PMDB e PFL mantiveram-se separados no pleito. Além de seus candidatos e de Eduardo

¹³ José Sarney, enquanto membro do PDS e apoiador do Regime Militar, e fez parte das articulações para a formação do PFL. Como bem relatado por Eliane Cantanhêde (2001), o plano original, após migrar do PDS para o PMDB para compor chapa com Tancredo Neves, era que ele fosse para o PFL. Contudo, a morte de Tancredo alterou as peças do jogo e o obrigou a não apenas permanecer no PMDB, como a seguir os acordos pré-estabelecidos, sendo continuamente acompanhado pelo olhar vigoroso de Ulysses Guimarães.

¹⁴ Gilberto Marques Paulo (1934-), além de Vice-Prefeito (1989-1990) e Prefeito (1990-1993), viria a ser também Deputado Estadual em Pernambuco (1999-2003). (Cf. ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 03/08/2020).

¹⁵ “Em Recife, na gestão de Joaquim Francisco, entre 1989 e 1992, foram congeladas ou desativadas as duas principais políticas de participação popular criadas na gestão de Jarbas Vasconcelos – o Preços [Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesses Sociais] e o Programa Prefeitura nos Bairros. Entretanto, o processo de elaboração da Lei Orgânica do Recife é desenvolvido com ampla participação da sociedade civil em sua elaboração” (FERNANDES, 2004, pp. 139).

¹⁶ Apesar de vencer a eleição pelo PSB em 1985, Jarbas retornou ao PMDB logo em seguida.

Campo, concorrendo pelo PSB, disputaram ao cargo na PCR nomes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Social Cristão (PSC) e do Partido Liberal (PL). Vencendo partidos como o articulado PFL, o PSB de Arraes e o persistente e ascendente PT¹⁷, Jarbas trás consigo a volta das políticas de participação social¹⁸, onde “reafirma seus compromissos dando outra resposta positiva para o eleitorado e para os atores sociais envolvidos, ou seja, os movimentos sociais, as associações de bairro e ONGs” (FERNANDES, 2004, pp. 189).

A vitória de Vasconcelos em 1992, em uma boa medida, representa tanto o processo de transição como o poder de sua carreira política no Pernambuco redemocratizado. Sua vitória neste pleito se desenrola como consequência das conquistas da sua administração anterior. Jarbas se elege sem ter o prévio apoio que tinha da esquerda e sem o posterior apoio que viria a ter da direita pefelista. Nesse período de transição, ele se torna prefeito mais uma vez com base nas conquistas de seu mandato anterior para com a sociedade civil, superando tanto adversários (à esquerda e à direita), como o desgaste de legenda que havia derrotado seu candidato quatro anos antes. Com uma votação de 270.330 dos 513.034 votos válidos¹⁹, Jarbas venceu sem necessitar de segundo turno, evento difícil de ocorrer nas grandes capitais

¹⁷ Lançando candidaturas municipais desde 1985, o PT conseguiu, pela primeira vez, terminar a corrida eleitoral em segundo lugar, superando, inclusive, o PFL, cujo candidato terminou em terceiro. O PSB de Arraes e Campos terminou na penúltima posição, em quinto lugar. Disponível em: <<http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acessado em: 25/07/2020.

¹⁸ “[...] Em seu novo mandato, Jarbas Vasconcelos continuou com a proposta de democratização da gestão municipal, mas sua plataforma de governo incorporou também elementos ligados à parceria com empresas privadas no desenvolvimento de projetos urbanos e na recuperação de espaços públicos, assim como tratou mais atentamente da questão do turismo e do *marketing* cultural da cidade” (FERNANDES, 2004, pp. 164).

¹⁹ Disponível em: <<https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1992/divulgacao-de-resultados-1992>>. Acessado em 20/09/2021.

brasileiras.

Roberto Magalhães, a União por Pernambuco e a União pelo Recife

Afastado de seguimentos da esquerda após o desentendimento com Miguel Arraes, Jarbas Vasconcelos já conversava com seus rivais históricos do PFL em 1993. Com a eleição de Arraes ao governo do estado em 1994, Jarbas passaria a liderar a oposição. Chegada a eleição municipal de 1996, a relação entre um ex-emedebista “autêntico” e ex-apoiadores do governo militar estreitou-se a ponto de se criar aí a “União por Pernambuco”, aliança partidária entre PMDB e PFL que lançou como candidato à PCR, atendendo ao desejo do próprio Jarbas Vasconcelos, o pefelista Roberto Magalhães. Da candidatura de Magalhães nasce a sucursal municipal da União por Pernambuco, a “União pelo Recife”, que sairia vencedora do pleito de 1996. Ao surgir tão inesperada e pragmática aliança, foram viabilizados não apenas os caminhos de Magalhães para a prefeitura da cidade do Recife como também os de Jarbas para o governo do estado de Pernambuco em 1998.

Sobre a origem da União, Gustavo Krause, o ideólogo do PFL que esteve presente na sua fundação, disse o seguinte:

Existe um momento em que é preciso ter a coragem da conciliação, a coragem das alianças. O que aconteceu na União por Pernambuco foi um amadurecimento das forças políticas, a possibilidade de unir forças que eram forças que militavam em campos opostos e foi esse, no meu entender, esse amadurecimento, essa aproximação trazida pela normalidade democrática, que levou a uma aliança que, por sinal, fez muito por Pernambuco.

[...] Eu acho que foi uma aliança importantíssima e eu vi sua formação, a sua maneira republicana como ela foi formada. Ela tinha, juntando, não é, os segmentos políticos, ela tinha uma visão programática, ela foi boa para Pernambuco e, conseqüentemente, boa para os partidos e para os atores políticos. (BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. *Jornal do Comercio*. 19/08/2016).

Já Jarbas Vasconcelos, o grande nome do PMDB pernambucano, comenta:

A União *de* Pernambuco a gente criou pra ter condições de governar o estado. Eu poderia até ter ganho a eleição sozinho. Eu ganhei naquela ocasião a eleição [de 1998] por um pouco mais de um milhão de votos de diferença pra meu opositor, o ex-governador Miguel Arraes, e poderia ter governado sozinho. Quando eu digo sozinho, eu e o MDB, o PMDB. Mas era importante ter parceiros pra governar. E aí eu fiz uma aliança com o PFL com essa consciência de que pra governar o estado eu precisaria de parceiros. O PFL tinha raízes pelo interior e quadros no interior que podia ajudar. (BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. *Jornal do Commercio*. 19/08/2016).

A autoconfiante fala de Jarbas não deixa de demonstrar as consequências da vitória de 1996. Talvez ele realmente pudesse ganhar sem o PFL, mas o mais importante aqui é destacar o papel do Partido da Frente Liberal em todo seu plano. A governabilidade é sim peça fundamental no processo de articulação política e não negamos sua importância nesse caso. Contudo, como ele mesmo comenta, o PFL tinha raízes pelo interior. O partido era extremamente forte nas zonas interioranas de todo o Nordeste, sendo peça fundamental caso Vasconcelos desejasse alcançar o que efetivamente alcançou em 1998: o governo do Estado de Pernambuco. Um político de perfil urbano como ele não poderia se abster da oportunidade de receber o apoio dos vários caciques políticos interioranos que faziam parte dos quadros pefelistas. É nesse cenário em que é criada a União por Pernambuco, a partir da qual Jarbas realizou mais uma transição, um pouco mais à direita, em busca agora, mais do que de sua sobrevivência eleitoral, de seus próprios ganhos políticos.

De toda forma, o pragmatismo da União por Pernambuco trouxe resultados. A nível municipal, Roberto Magalhães disputou com candidatos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Popular Brasileiro (PPB), do Partido Popular Socialista (PPS), do Partido Social Cristão (PSC), do

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), superando a todos e tornando-se o quinto membro do PDS/PFL a ocupar a Prefeitura da Cidade do Recife desde 1979. Desta vez, contudo, o PFL tinha a seu lado um antigo e importante líder oposicionista e consigo um dos maiores partidos da Nova República brasileira. O retorno pefelista à PCR não trouxe desta vez, entretanto, interrupções nos mecanismos de participação social²⁰, talvez como efeito do próprio Jarbas Vasconcelos na sua articulação, representando muito mais uma adaptação pragmática dos partidos ao sistema partidário eleitoral brasileiro vigente desde a redemocratização do que uma grande mudança no modelo administrativo da cidade. Mudam-se muito mais as lógicas partidárias e suas estratégias eleitorais do que estruturas firmadas na cidade ao longo das duas últimas décadas do século XX.

Conclusão

Quanto mais a ditadura derretia, mais a sociedade ansiava por democratização. Contudo, não apenas por democratização do grande cenário político nacional, das decisões de Brasília, das eleições para presidente. Também nos menores e mais próximos aspectos da vida em sociedade e da política cotidiana. As ebulições sociais, principalmente da década de 1980, juntas ao contínuo retorno do processo democrático trouxeram hodierna vida aos processos eleitorais. Antes deles, a cidade do Recife via-se governada por prefeitos indicados, os chamados “biônicos”, apoiadores do Regime Civil-Militar, membros dos governistas ARENA/PDS e que careciam, como

²⁰ “A proposta de participação social na gestão pública, ainda que fosse algo incomum para um político de tradição conservadora como Magalhães, foi defendida por ele. Isso ocorreu por que os mecanismos de participação social na gestão municipal do Recife estavam consolidados, tornando-se um elemento estratégico para governar, seja qual for a matriz ideológica do grupo que chega ao Poder Executivo” (FERNANDES, 2004, pp. 200).

eles bem sabiam (por sensibilidade ou receio do cenário corrente), de legitimidade popular. Os últimos anos da ditadura foram marcados por organização e pressão popular articuladas em torno de seu desejo de democratização e participação social ao mesmo tempo em que o regime militar se enfraquecia. Nesse contexto, buscou-se aqui acompanhar os desdobramentos políticos desses processos em esfera municipal a partir das trajetórias daqueles que ocuparam o principal posto do poder executivo recifense. Esperamos que, ao fim, este artigo possa servir à historiografia sobre políticos, partidos e eleições no Brasil republicano pós-1985 da mesma forma em que sirva aos estudos sobre a cidade do Recife em fins do século XX.

O primeiro prefeito eleito do Recife em duas décadas foi Jarbas Vasconcelos, um emedebista/peemedebista autêntico na oposição à ditadura e aos seus apoiadores. Desde aquela época, contudo, a tendência pragmática do PMDB já surgia, explicitada numa aliança com o PFL, partido de dissidentes do regime que agora tentavam se desvencilhar dos fracassos políticos, sociais e econômicos alcançados pelos militares a frente do Governo Federal. Após Jarbas, o próprio PFL retornaria ao comando municipal com a volta do ex-prefeito biônico Joaquim Francisco, dessa vez eleito diretamente, e com a vitória de Roberto Magalhães, apoiado pelo próprio Vasconcelos através da União por Pernambuco.

A formação de uma união como essa, reunindo antigos apoiadores e opositores do Regime Militar dez anos após a redemocratização, pode nos dizer alguma coisa. Além da superação da própria ditadura, fica um tanto explícito o pragmatismo assumido não apenas pelo PFL, mas também pelo PMDB. Na verdade, a participação de ambos ao longo da história política da Nova República demonstra uma forte tendência ao poder e à sobrevivência eleitoral, em boa medida natural do jogo político.

O Jarbas da União por Pernambuco parece ser, politicamente, bem diferente do Jarbas ideológico dos tempos da ditadura e até de 1985. Até 2000, mais notável que isso só a força do PFL pernambucano e de seus membros, que foram lideranças municipais durante a ditadura e até depois, comandando a cidade pela maior parte do tempo entre 1979-2000.

Referências

Periódicos

Jornal do Commercio

BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. Últimos prefeitos biônicos do Recife buscam legitimidade com o povo. **Jornal do Commercio**, 17 de agosto de 2016. Disponível em: < <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/17/ultimos-prefeitos-bionicos-do-recife-buscam-legitimidade-com-o-povo-248976.php>>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

_____. Eleições 1985 no Recife: prévias e acusações de assassinato na primeira votação pós ditadura. **Jornal do Commercio**, 18 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/18/eleicoes-1985-no-recife-previas-e-acusacoes-de-assassinato-na-primeira-votacao-pos-ditadura-249141.php>> Acesso em: 25 de julho de 2020.

_____. De adversários a aliados: Relembre como surgiu a União por Pernambuco. **Jornal do Commercio**, 19 de agosto de 2016. Disponível em: < <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/19/de-adversarios-a-aliados-relembre-como-surgiu-a-uniao-por-pernambuco-249298.php>> Acesso em: 25 de julho de 2020.

Materiais Especiais

BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. História das Eleições no Recife - No caminho para a abertura. 2016. Vídeo disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=lnD_Q_wv6P4&feature=emb_title> Acesso em: 25 de julho de 2020.

_____. História das Eleições no Recife - PMDB e PFL: de adversários a aliados. 2016. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bllG2Fmb1m4&feature=emb_title>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

Dados Eleitorais

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). Disponível em: < <http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes> >. Acessado em: 25/07/2020.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 30/07/2020.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de competição política (1982-2002)** – São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.

CANTANHÊDE, Eliane. **O PFL** – São Paulo : Publifolha, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano Vol. 5** – O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República 1985-2016) – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Gestão Municipal e Participação Social no Brasil: a trajetória de Recife e Salvador (1986-2000)** – São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

FERREIRA, Rafael Leite. **Uma flor fura o asfalto: o MDB em Pernambuco (1965-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

KRAUSE, Gustavo; ROBERTO, Paulo. **Dito e feito em 38 meses** – Recife, [s.n.], 2019.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil** – Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer; São Paulo, Fundação Editora Unesp, 2005.

LAVAREDA, Antônio; ANDRADE, Bonifácio; SÁ, Constança; MARKMAN, Rejane. **A Eleição municipal de 1985 no Recife: o impacto da campanha**. In.: LAVAREDA, Antônio. SÁ, Constança (orgs.) – **Poder e voto: luta política em Pernambuco** – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986.

LUNA, Allan Cavalvanti. **O discreto charme da democracia**: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014.

MAGALHÃES, Roberto. **Memórias: as virtudes do tempo** – Recife: Bagaço, 2012.

MAINWARING, Scott; MENEGRELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. Tradução de Valeria Carvalho Power. – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MONTENEGRO, Sérgio. **Queridos Rivais: A trajetória da União por Pernambuco e a batalha pela hegemonia política** – Recife: Ed. do Autor, 2020.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: Do império aos dias atuais** – Editora Zahar, 2012.

RAMOS, Roberto. **A face de um partido: base política e comportamento eleitoral do PFL de Pernambuco, 1985-2001** – Recife: Bagaço, 2002.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem: a cooperação Deops/SP e SNI e suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)** – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia** – 1ª edição – São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano Vol. 4** – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VERSIANI, Maria Helena. **A sociedade brasileira vive a democracia (1985-1987)**. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente** – Rio de Janeiro : Editora FGV, 1ª Edição, 2014.